

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

Conselho Científico da AMB quer mais participação



As Sociedades de Especialidade receberam, no dia 26 de outubro passado, durante a reunião do Conselho Científico da AMB, em São Paulo, os critérios apresentados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para a atualização dos valores da CBHPM. No próximo encontro, a proposta de convênio será discutida em detalhes.

Também foi abordado a respeito

do Título de Especialista e Certificado de Área de Atuação, que as sociedades de especialidade devem enviar com antecedência de 120 dias (4 meses) para publicação o edital de cada concurso, para aprovação da AMB. A intenção é que os critérios para aplicação das provas sejam padronizados.

A Diretoria da AMB informou, ainda, que a Agência Radioweb foi contratada pelo Conselho Federal de

Medicina para distribuir às rádios do País, via internet, boletins sobre o trabalho das entidades, campanhas e temas de interesse da população relacionados à saúde. As Sociedades foram convidadas a sugerir pautas e especialistas como fontes.

Em seguida, representantes da Comissão de Assuntos Políticos AMB/CFM apresentaram a Agenda Parlamentar da Saúde Responsável, com o posicionamento da classe sobre mais de 80 Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional. Foi ressaltada a importância das Sociedades de Especialidade na elaboração de pareceres a respeito das diversas matérias, além da mobilização junto aos deputados e senadores. Ainda em relação à atuação política, foram discutidos a validação dos diplomas estrangeiros, a abertura de escolas médicas e um sistema nacional de avaliação dos egressos.

Regulamentação da medicina é aprovada no Senado



Depois de quatro anos de discussão e mais de uma centena de reuniões e audiências públicas, a regulamentação da medicina foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal.

A relatora Lúcia Vânia (PSDB-GO) elaborou um substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 268/2002 e votou pela rejeição do PLS 25/2002, apresentados respectivamente pelos ex-senadores Benício Sampaio e Geraldo Althoff.

A principal alteração proporcionada pelo substitutivo em relação aos demais projetos foi o abandono do conceito de ato médico, com o objetivo, segundo Lúcia Vânia, de não interferir nas demais profissões de saúde. Assim, a nova proposta define o campo de atuação do médico e, dentro desse campo, quais atividades devem ser privativas desse profissional.

A aprovação do projeto pela CAS foi lida em vinte de dezembro de 2006 em plenário, e remetida para a Câmara dos Deputados no dia vinte e um de dezembro de 2006. Uma nova etapa começa em fevereiro próximo, junto à Câmara dos Deputados.

Fonte: Assessoria de Imprensa da AMB